

## Memória e Consciência Política: uma proposta de revisão teórica e metodológica para o campo da Psicologia Política

Memory and Political Consciousness: a proposal of theoretical and methodological revision for the field of Political Psychology

Memoria y Conciencia Política: una propuesta de revisión teórica y metodológica para el campo de la Psicología Política

Mémoire et Conscience Politique: une proposition de révision théorique et méthodologique pour le domaine de la Psychologie Politique

Yuri Fraccaroli\*

yuri.fraccaroli@usp.br

Vinicius dos Santos Arantes\*\*

vinicius.arantes@usp.br

Henrique Araujo Aragusuku\*\*\*

henriquearagusuku@usp.br

### Resumo

*Tendo como ponto de partida uma reflexão crítica quanto às relações entre a Psicologia Política e a temática dos movimentos sociais, considerando tanto os compromissos políticos do próprio campo na América Latina, como uma tradição histórica que ultrapassa seu contexto regional, o artigo retoma um dos principais modelos teóricos do saber psicopolítico latino-americano que suscita tal aproximação: o modelo da Consciência Política de Salvador Sandoval. Concomitantemente, considerando a importância e urgência de se refletir sobre instrumentos metodológicos e o próprio campo psicopolítico latino-americano para além dos aspectos circunstanciais que demarcam e muitas vezes delimitam sua agenda de pesquisa, o artigo busca contribuir com o desenvolvimento do modelo teórico por meio de um exame crítico de sua utilização em relação ao conceito de memória. Em muitos momentos menosprezado ou desconsiderado, este conceito é um componente essencial do modelo e incide diretamente sobre ele ao considerarmos suas relações com a dimensão emocional.*

**Palavras-chave:** *Consciência Política; Memória; Psicologia Política; Métodos em Psicologia Política; Memória Política*

\* Mestrando em Psicologia Social no Instituto de Psicologia (USP), bolsista CAPES. É membro colaborador do Portal do Instituto Galego de Análise e Documentação Internacional (IGADI).

\*\* Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo.

\*\*\* Especialista em Psicologia Política pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Mestrando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, bolsista CNPq.

**Como citar:** Fraccaroli, Y.; Arantes, V. S.; Aragusuku, H. A. (2018). Memória e Consciência Política: uma proposta de revisão teórica e metodológica para o campo da Psicologia Política. *Psicologia Política*, 18(41), p. 69-85

**Abstract**

*Employing a critical reflection on the relations between Political Psychology and social movements as a starting point, while considering both the political commitments of the field itself in Latin America and a historical tradition that transcends its regional context, the article addresses one of the main theoretical models of Latin American psycho-political knowledge: Salvador Sandoval's Political Consciousness model. Concurrently, considering the urgent importance of reflecting on methodological instruments and the Latin American psycho-political field in addition to circumstantial aspects that demarcate and often delimit its research agenda, the article seeks to contribute to the development of the Political Consciousness model by way of a critical examination of how it is utilized in relation to the concept of memory. Often overlooked or disregarded, this concept is an essential component of Sandoval's model, and focuses directly on it when relations with the emotional dimension are considered.*

**Keywords:** *Political Consciousness; Memory; Political Psychology; Political Psychology Methods; Political Memory*

**Resumen**

*Tomando como punto de partida una reflexión crítica en cuanto a las relaciones entre la Psicología Política y la temática de los movimientos sociales, considerando tanto los compromisos políticos del propio campo interdisciplinario en América Latina, como una tradición histórica que ultrapasa su contexto regional, el artículo retoma uno de los principales modelos teóricos del saber psicopolítico latino-americano que suscita tal aproximación: el modelo de la Conciencia Política de Salvador Sandoval. Concomitantemente, considerando la importancia y la urgencia de reflexionar sobre los instrumentos metodológicos y el propio campo psicopolítico latino-americano más allá de los aspectos circunstanciales que demarcan y por muchas veces delimitan la agenda de investigaciones, el artículo busca contribuir con el desarrollo del modelo teórico por medio de un examen crítico de su utilización en relación al concepto de memoria. Por muchas veces menos valorado o desconsiderado, este concepto es un esencial componente del modelo, sobre todo al consideramos sus relaciones con la dimensión emocional.*

**Palabras claves:** *Conciencia Política; Memoria; Psicología Política; Métodos en Psicología Política; Memoria Política*

**Résumé**

*Au départ d'une réflexion critique sur les relations entre la Psychologie Politique et le sujet des mouvements sociaux, prenant en compte les engagements politiques propres de ce champ en Amérique Latine, en tant qu'une tradition historique qui dépasse son contexte régional, ce texte remonte à l'un des principaux modèles théoriques du savoir psychopolitique latino-américain qui ont suscité une approche: le modèle de la Conscience Politique de Salvador Sandoval. En raison de l'importance et l'urgence de réfléchir sur les instruments méthodologiques et le champ psychopolitique latino-américain au-delà des aspects circonstanciels qui entourent et plusieurs fois délimitent l'agenda de recherche, l'article propose contribuer au développement du modèle théorique à travers d'un examen critique de la utilisation par rapport à le concept de mémoire qui, en dépit d'être souvent négligé ou ignoré, il est essentiel composant du modèle et cela affecte directement sur lui quand on considère ses relations avec la dimension émotionnelle.*

**Mots-clés:** *Conscience Politique; La mémoire; Psychologie Politique; Méthodes en Psychologie Politique, Mémoire Politique*

## Introdução

Desde que o campo da Psicologia Política passou a se propor como um relevante espaço de produção de conhecimento teórico e metodológico capaz de aportar sentidos e interpretações críticas ao contexto latino-americano<sup>1</sup>, nos parece razoável considerar que, a despeito de suas diferentes e muitas vezes conflitantes definições (Montero, 2009), estiveram presentes alguns princípios agregadores que lhe conferiram relativa unidade e possibilitaram uma certa convergência prática que lhe permitiu sua formação e continuidade como campo para além das diferenças epistemológicas. São alguns deles: a preocupação com a mudança social (Silva, 2015), a centralidade das dinâmicas de poder em suas análises (González-Suárez, 2012) e a cobrança de um compromisso crítico do campo com a emancipação dos povos latino-americanos para além dos labirintos acadêmicos e de um edifício científico despolitizado (Parisi, 2016, p. 8).

A formação e a consolidação de periódicos científicos<sup>2</sup>, a frequente organização de encontros e congressos regionais<sup>3</sup> e o fortalecimento de associações voltadas à Psicologia Política Latino-americana<sup>4</sup> nos aparentam ser suficientes indícios para entender e afirmar que, apesar do mencionado dissenso quanto à sua definição, são nas próprias diferenças e em seus entrecruzamentos que a Psicologia Política se constrói como disciplina e permanece em movimento. Como apontam Maritza Montero e Alexandre Dorna (1993) ao contemplarem essa “*encruzilhada*” que possibilita diálogos e encontros fecundos demarcados por concordâncias e discordâncias, dissonâncias e ressonâncias.

Portanto, tomando como ponto de partida esse marco geral hipotético que assume o compromisso com a realidade social latino-americana (Martín-Baró, 1996, 2017) e o inerente reconhecimento da dimensão do poder que perpassaria todas as correntes interpretativas como alguns dos principais pontos de coesão da Psicologia Política Latino-americana, não seria causa de surpresa que temáticas como os movimentos sociais e a participação política tenham se constituído como objetos privilegiados de estudo em seu percurso disciplinar (Côrrea & Almeida, p. 551-552). Isto gerou distintas articulações e esforços teóricos que intencionaram compreender fenômenos sociais demarcados por inúmeros cruzamentos entre elementos políticos e psicológicos (Montero, 2009), rompendo com a falaciosa cisão indivíduo-sociedade e com a primazia de aspectos individuais sobre o coletivo ou vice-versa.

Resulta crucial destacar que, se historicamente, as multidões e as movimentações sociais despontaram como uns dos principais temas de interesse da Psicologia Política já em seus primórdios conforme demonstram Salvador Sandoval e Alessandro Silva (2016, p. 25) – ao indicarem a clássica contribuição de Gustave Le Bon com *La Psychologie de Foules* em 1895<sup>5</sup> e *Psychology of Social*

<sup>1</sup> Faz-se mister destacar a relevância do labor científico de Ignácio Martín-Baró e Paulo Freire no propósito de pensar e elaborar um saber teórico-prático afeito aos povos latino-americanos e pensado desde valores da realidade latino-americana. Ou seja, um saber epistemológico próprio de suas realidades sociais.

<sup>2</sup> No continente latino-americano, podemos apontar a *Revista Psicologia Política*, do Brasil, e também a *Revista Electrónica de Psicología Política*, da Argentina.

<sup>3</sup> Em termos nacionais, podemos destacar a realização bienal do Simpósio Brasileiro de Psicologia Política que no ano de 2016, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte na cidade de Natal-RN, chegou a sua nona edição. No contexto latino-americano, destacamos a realização do Encuentro Sudamericano de Psicología Política realizado bienalmente também e já em sua segunda edição (realizada em 2017, em Bogotá) e também o Congresso Iberoamericano de Psicología Política, também bienal e que já avança para sua quarta edição no ano de 2018.

<sup>4</sup> Para além de associações e grupos de trabalhos nacionais, como a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), a Asociación Ibero-Latinoamericana em Psicología Política (AILPP), criada em 4 de novembro de 2011, talvez represente o maior desenvolvimento institucional do campo na região em termos de internacionalização e integração.

<sup>5</sup> Para além da crítica sobre a ideia mitificante de pai-fundador de uma disciplina científica (Silva, 2015), como ressaltado A. Dorna (1998, p. 50), em trabalho no qual se propõe a analisar o contexto atual e as relações com o passado da Psicologia Política francesa, especificar temas e buscar as origens das disciplinas é também uma forma de compreender a trajetória da pesquisa científica contemporânea e reconhecer as dívidas intelectuais e ideológicas que o presente muitas vezes tem com o passado. Baseado na interpretação de Norbert Elias, o que o autor busca destacar é que muitas das relações ou conceitos dos quais acreditamos serem contemporâneos, efetivamente, podem ser mais antigas do que imaginamos e representarem continuidades.

*Movements* de Hadley Cantril – atualmente, o contexto social latino-americano também apresentaria essas “temáticas que marcam a história da Psicologia Política” (Hur & Lacerda, 2016a, p. 13). Tais temáticas embasadas na identificação e na descrição de um panorama efervescente de ação social e manifestação política, entendidas pelos autores por meio do conceito de insurgência (Hur & Lacerda, 2016b), questionariam então qual seria o papel da Psicologia Política Latino-americana nessas novas lutas sociais que se apresentam, remetendo novamente à relação entre Psicologia Política e Movimentos Sociais, entre o campo da Psicologia e sua responsabilidade política.

Poderíamos entender esse questionamento prático, ou melhor, essa convocação clara da Psicologia Política à ação frente a um momento de fragmentação, comoção ou desordenamento social em aproximação à ideia de “adequação cognitiva” que Julio Seoane (1994) apresenta como um constante papel da Psicologia Política ao longo da história, apontando sua importância em auxiliar à adaptação dos cidadãos aos processos de mudança social e política. Para além de uma ideia de aceitação ideológica entreguista ou conservadora, o autor aponta a possibilidade de “minimizar os efeitos da crise perante a mudança, promover a adaptação individual e coletiva perante a nova ordem social, evitando assim – ou ao menos reduzindo – o sofrimento que gera a ruptura e a desorientação, antecipando na medida do possível o futuro de pessoas, grupos e instituições<sup>6</sup>” (Seoane, 1994, p. 60, tradução nossa). Nesse sentido, demonstra a coincidência entre os ciclos de franca expansão da Psicologia Política e os momentos de crise social: descrever e facilitar os processos de mudança já em marcha para poder antecipar seus efeitos e as possibilidades de adequação cognitiva.

Em consonância com o *background* teórico da Psicologia Política, podemos desprender da proposição de Seoane uma forte orientação à ação política, seja como objeto de estudo ou como próprio objetivo que movimenta o campo, nos parecendo possível assim uma apropriação *insurgente* desse conhecimento originalmente pensado como *ciencia de governo* em termos autocráticos para o controle das massas (Le Bon, 1910/1921; Moscovici, 2013), agora então catalisado em inovadoras e úteis ferramentas para a mudança e a emancipação social, tendo como reto a busca por justiça social e igualdade.

Nesse sentido, podemos observar uma série de esforços teórico-metodológicos empreendidos que, assim como em qualquer campo científico, consolidam-se em algumas propostas, enquanto outras caem no esquecimento com o passar do tempo. No âmbito da produção latino-americana da Psicologia Política, poderíamos destacar o Modelo da Consciência Política (MCP) proposto por Salvador Sandoval como um dos modelos que tem sido utilizado recorrentemente e, desde sua formulação inicial (Sandoval, 1994, 2001), tem se atualizado, sendo revisado, criticado e ampliado, mantendo-se presente e útil em análises contemporâneas.

Nitidamente, ainda que não deixemos de considerar que uma complexa gama de aspectos políticos e institucionais<sup>7</sup> podem interferir nessa dimensão de “longevidade” científica, facilitando ou prejudicando o desenvolvimento e consolidação de uma proposição teórico-metodológica, não podemos deixar de reconhecer sua continuidade em razão de sua profundidade teórica e de seu êxito enquanto instrumento metodológico que tem permitido o “sucesso na análise de processos de mobilização e desmobilização política nos estudos das ações coletivas dos movimentos sociais” (Sandoval & Silva, 2016, p. 26).

Considerando as interações dialéticas entre sujeitos e circunstâncias no cotidiano, nas quais a agência dos sujeitos ao mesmo tempo em que é condicionada pelas circunstâncias, também as produz

<sup>6</sup> Texto original em espanhol: “(...) minimizar los efectos de la crisis ante el cambio, promover la adaptación individual y colectiva ante el nuevo orden social, evitando así – o al menos reduciendo – el sufrimiento que genera la ruptura y la desorientación, anticipando en la medida de lo posible el porvenir de personas, grupos e instituciones”

<sup>7</sup> Alguns exemplos desses fatores seriam: localização em termos geopolíticos, estrutura e *status* da universidade na qual é desenvolvida, posição social do/a autor/a, possibilidades de recursos para sua difusão. Se pensamos na própria trajetória da Psicologia Política como disciplina marginal no contexto

a partir de ações que aspiram determinados fins (Heller, 2016, p. 13), o modelo reconhece a importância que, a partir de percepções, crenças, valores e orientações políticas distintas, os processos de atribuição de sentido elaborados por distintos sujeitos ao contexto no qual se inserem passam a exercer sobre os objetivos de suas ações, impactando em um sentido político e social, sobretudo, se consideramos suas relações com as decisões de agir ou não coletivamente e as opções por mudanças ou continuidades em atitudes e hábitos do cotidiano, orientando-se à manutenção ou à ruptura social, seja em uma perspectiva macro ou micropolítica (Sandoval, 1989, p. 432-434).

Reconhecendo essa proposta como um dos principais modelos metodológicos próprios do saber psicopolítico, esse artigo tem como principal objetivo contribuir com o seu desenvolvimento a partir da proposição de uma análise crítica centrada em sua relação com um conceito que entendemos permear fortemente a consciência política e que tem sido em certo sentido desconsiderado ou menosprezado na aplicação do modelo: a memória. Em decorrência de um constante uso do MCP como metodologia de análise de depoimentos e entrevistas de sujeitos políticos e sociais, entendemos que, ainda que nem sempre seja reconhecida explicitamente, a memória é um importante aspecto que incide sobre as formações das distintas consciências políticas.

Caso entendamos a memória conforme as formulações de Halbwachs (1925/2003) e Bosi (2003), nos encontramos frente a um conceito que, assim como o modelo, se situa na fronteira entre a coletividade e a individualidade, entre a vivência cotidiana por vezes aparentemente autônoma para o indivíduo (García, 2010), mas também demarcada por condicionamentos estruturais. Faz-se mister recordar que, para Sandoval & Silva (2016, p. 46), a memória é um importante aspecto do MCP, em razão de que as próprias emoções e percepções derivam da evocação de experiências passadas já vividas, influenciando, portanto, na maneira em como o presente é apreendido, e por consequência, em como percebemos e enquadramos a decisão de agir coletivamente, definindo qual é o futuro que se espera, aproximando-se da concepção de Bosi (2003, p. 66-67) da função da memória enquanto geradora de futuro.

Reconhecendo a importância de se pensar os instrumentos teórico-metodológicos existentes e a busca por novas racionalidades para além dos paradigmas tradicionais como importantes exercícios para o fortalecimento da institucionalização da Psicologia Política na América Latina (Gómez, 2007, p. 7-8), propomos neste artigo o levantamento de reflexões sobre as intersecções entre estudos da memória e o Modelo de Consciência Política, a partir de três tópicos centrais: (1) uma breve apresentação do MCP, discorrendo sobre seu desenvolvimento e sua história, traçando também algumas considerações sobre suas sete dimensões de análise; (2) uma breve revisão de artigos publicados na *Revista Psicologia Política* que tratassem sobre a temática da memória, buscando compreender como este conceito é articulado em trabalhos dentro do campo da Psicologia Política; e, por fim, (3) a análise da obra *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*, de Soraia Ansara (2008b), que concretiza uma ampla articulação do conceito de Memória Política com o MCP, sendo a primeira produção acadêmica a desenvolver tal síntese.

## O modelo da Consciência Política

Certamente, o modelo analítico da Consciência Política pode ser considerado como uma das principais proposições teóricas e metodológicas da Psicologia Política Latino-americana – tanto por sua originalidade, quanto por sua aplicabilidade em diferentes contextos sociopolíticos. O modelo articula diversas proposições teóricas, buscando o levantamento de um amplo repertório conceitual e metodológico para a análise e explicação dos fenômenos de mobilização e participação política. Como apresentaram Salvador Sandoval e Alessandro da Silva (2016), o modelo de estudo da consciência política “oferece um recurso analítico consistente para a pesquisa da participação política, servindo como ferramenta conceitual para estudos da conscientização política, bem como para a atuação

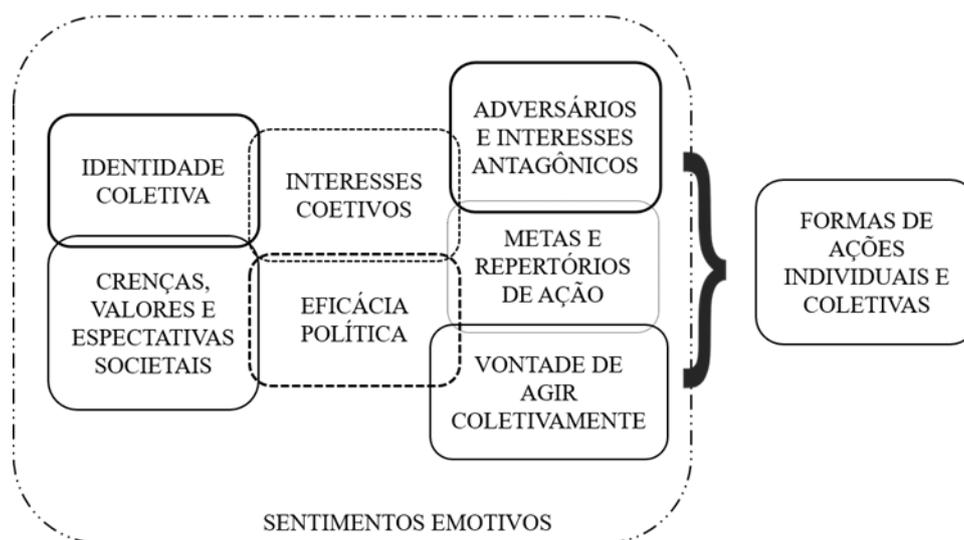
daqueles que se dedicam a incentivar a participação em ações coletivas” (Sandoval & Silva, 2016, p. 50).

As reflexões iniciais que possibilitaram a constituição do modelo foram realizadas por Salvador Sandoval (1989, 1994) já em fins dos anos 80, a partir do estudo dos movimentos sociais no Brasil – em especial do movimento operário brasileiro, emergente durante aquele período. No entanto, é apenas em 2001 que é publicada a primeira versão do Modelo da Consciência Política (MCP), no artigo *The Crises of the Brazilian Labor Movement and Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s* para a primeira edição da *Revista Psicologia Política* (Sandoval, 2001). A partir disso, o modelo começa a ser aplicado e, conseqüentemente, desenvolvido por outras pesquisadoras e pesquisadores, passando por uma maior sistematização teórica e metodológica, e por algumas reelaborações, das quais podemos citar os trabalhos de Alessandro Soares da Silva (2009), de Giseli Paim Costa (2008), de Guilherme Borges da Costa (2012), de Soraia Ansara (2008a, 2008b), entre diversos outros.

Como discorreu Sandoval em um artigo mais recente, estes “estudos vêm demonstrando a consistência e a utilidade de nosso modelo para ordenar analiticamente os conteúdos do pensamento das pessoas no estudo de determinantes psicopolíticos da participação política” (Sandoval, 2015, p. 180). Neste sentido, compreendemos que a vitalidade analítica do MCP se encontra em sua capacidade de correlação de micro e macro variáveis para o estudo do fenômeno elencado, articulando e interseccionando os aspectos psicológicos, sociológicos e políticos presentes nos processos de participação política e de mobilização social.

Com este desenvolvimento coletivo, o Modelo da Consciência Política adquiriu seus contornos atuais e apoiando-se em sua última reelaboração (Sandoval & Silva, 2016) podemos apresentá-lo a partir de sete dimensões – sobrepostas e interseccionais, atravessadas pelos sentimentos emotivos – da ação individual e coletiva: (1) crenças e valores sociais; (2) identidade coletiva; (3) adversários e interesses antagônicos; (4) eficácia política; (5) interesses coletivos; (6) metas e repertórios de ações; e (7) vontade de agir coletivamente. Algo que discorreremos mais detalhadamente em breve.

Figura 1. Modelo analítico da Consciência Política



Fonte: elaborado a partir de Sandoval (2001, 2015) e Sandoval e Silva (2016)

Realizando uma breve contextualização histórica, Salvador Sandoval chegou ao Brasil, ao final dos anos 70, a convite de Sílvia Lane para ministrar a disciplina de Comportamento Político no recém-fundado Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Silva, 2012; Veiga, 2017). Naquele momento, ele debruçava-se fundamentalmente sobre o estudo das greves operárias no Brasil para a realização de sua pesquisa de doutorado, orientada por Charles Tilly, dentro do programa de Ciência Política da Universidade do Michigan, nos Estados Unidos. O interesse sobre o movimento grevista brasileiro não nos parece meramente trivial, pois naquele período presenciávamos um dos principais movimentos pela reorganização do sindicalismo e das greves na história do Brasil, demarcando uma ruptura política e social com mais de uma década de regime ditatorial-militar, abrindo assim caminhos para a redemocratização do país.

O clima político brasileiro e latino-americano era de efervescência, com o avanço e a pluralização dos movimentos da sociedade civil e o fim de diversos governos ditatoriais. Foi neste contexto em que Sandoval chegou ao Brasil, se localizando inicialmente no campo da Psicologia Social, onde aprofundou suas reflexões sobre o papel da consciência política para a mobilização dos movimentos sociais emergentes na América Latina. Consequentemente, este interesse a um tema eminentemente político e caro à análise do processo de ampliação da cidadania e da democracia no continente se fez confluyente com as pesquisas da nascente Psicologia Política Latino-Americana – focada no estudo do poder político e da mobilização social a partir do compromisso com a transformação sociopolítica e a superação de relações de dominação – na qual se destacam os trabalhos de Leoncio Camino, no Brasil; de Maritza Montero, na Venezuela; e de Ignacio Martín-Baró, em El Salvador; entre tantos outros (Montero, 1987, Silva, 2012; Torres, Lima & Costa, 2005).

Dentre as principais influências teóricas para a elaboração do MCP, temos os trabalhos dos cientistas sociais norte-americanos Charles Tilly (1929-2008) e William Gamson (1934-), e do sociólogo francês Alain Touraine (1925-), que desenvolveram teorias e métodos de análise dos movimentos sociais, presentes em livros como *From Mobilization to Revolution* (Tilly, 1978), *La conscience ouvrière* (Touraine, 1966) e *Talking Politics* (Gamson, 1992). Podemos também incluir como influências teórico-metodológicas a vasta literatura norte-americana e europeia sobre participação e mobilização social, assim como as proposições analíticas e práticas de pensadores latino-americanos direcionadas para a melhor compreensão do fenômeno da conscientização que perpassa o processo de organização política (Sandoval, 2015, Sandoval & Silva, 2016).

Em certa medida, podemos dizer que o Modelo da Consciência Política é uma síntese reflexiva de diversas abordagens teóricas para o estudo da consciência, dos processos de participação política e de mobilização social, articulando diferentes aspectos e enquadramentos sobre o fenômeno. Assim, tratando sobre este movimento de síntese teórica – e destacando o processo de elaboração coletiva do MCP – Sandoval (2015) apresenta que:

Optamos pelo conceito de “consciência” para nomear o pensamento social do indivíduo por entender que, tradicionalmente, na literatura dos movimentos sociais e nos enfoques de Paulo Freire e da psicologia social latino-americana de Ignacio Martín-Baró, a noção de consciência é o constructo social usado para nomear esse pensar social e traz para nosso enfoque o lugar central da “conscientização” como o processo pela qual os indivíduos alteram suas consciências frente aos acontecimentos das realidades vividas por eles (Ansara, 2008).

Nesta perspectiva, consciência política e conscientização recuperam um passado perdido da psicologia social, que tem suas raízes tanto na tradição interacionista iniciada por George Mead e a Escola de Chicago, quanto nos trabalhos de sociólogos e ativistas dos movimentos sociais, desde o início da tradição marxista do século XIX (Silva, 2001, 2002). Assim, optamos pelo conceito de consciência por entender que esse pensar dos indivíduos corresponde aos olhares de realidades das quais

eles são atores passivos ou ativos (Salvador, 2015, p. 179).

Dessa forma, acreditamos que ficam nítidas as bases epistemológicas do MCP, junto a seu intento em traçar pontes entre a literatura norte-americana e europeia sobre consciência política e movimentos sociais, e os estudos latino-americanos sobre conscientização e organização política. Por conseguinte, além de ter buscado a construção de instrumentais teóricos e metodológicos para o embasamento de pesquisas científicas, o MCP também buscou o levantamento de instrumentos conceituais que poderiam “subsidiar propostas de intervenções para a promoção de processos de conscientização nos contextos de organização populares” (Sandoval, 2015, p. 179).

Como apresentamos anteriormente, o modelo é dividido em sete dimensões de análise percorridas por sentimentos emotivos. Este aspecto referente às emoções trata-se da última reelaboração aplicada ao MCP, na qual foi retirada a dimensão “sentimentos de injustiça” (acrescentando a dimensão dos “interesses coletivos”), pois percebeu-se que “esses sentimentos fazem parte do conjunto de sentimentos emotivos que, de uma forma ou de outra, trazem significados adicionais aos conteúdos dos demais elementos da consciência política” (Sandoval & Silva, 2016, p. 48). Assim, tivemos a consolidação de uma análise que pressupõe uma relação integrada entre conteúdos socio-cognitivos e sentimentos emotivos, sendo um elemento constitutivo que perpassa todas as dimensões do modelo.

E como discorrido por Sandoval e Silva (2016), a emergência dos sentimentos emotivos no processo de formação da consciência política está diretamente interligada às lembranças de experiências passadas, ou seja, à memória política dos indivíduos. Neste sentido, a memória é resgatada durante o processo de participação e mobilização social principalmente por meio de sentimentos emotivos, influenciando, de forma decisiva, o processo de conscientização no presente. Como apresentaram os autores, “as emoções emergem das experiências vividas dos indivíduos como forma biopsicológica de marcar as experiências na memória da pessoa. (...) As pessoas relembram em sentimentos emotivos aquelas emoções vivenciadas durante as experiências” (Sandoval & Silva, 2016, p. 46).

Para finalizar, realizando uma apresentação sintética e resumida de cada dimensão do modelo, seguimos com a seguinte enunciação:

- 1. Crenças e valores sociais:** dimensão referente às construções simbólicas dos indivíduos sobre a sociedade em que vivem e suas relações de poder – construções geralmente imersas na vida cotidiana.
- 2. Identidade coletiva:** dimensão da consciência relacionada com as percepções e os sentimentos de pertencimento a grupos sociais, sendo uma das bases da solidariedade.
- 3. Adversários e interesses antagônicos:** dimensão referente à percepção da existência de interesses opostos àqueles compartilhados pelo grupo de pertencimento – percepção do “outro”.
- 4. Eficácia política:** dimensão que trata sobre os sentimentos e as percepções de uma pessoa sobre a sua capacidade de intervir, e a eficácia dessa intervenção, em um contexto político.
- 5. Interesses coletivos:** dimensão referente à percepção dos interesses do grupo de pertencimento, estando diretamente correlacionada com a dimensão da identidade coletiva (última dimensão acrescentada no modelo, ainda pouco sistematizada).
- 6. Metas e repertórios de ações:** dimensão vinculada à percepção da correspondência entre as metas do movimento, as estratégias de ação, os interesses coletivos e os sentimentos de eficácia política.
- 7. Vontade de agir coletivamente:** “dimensão mais instrumental, que corresponde à percepção do indivíduo sobre as condições organizacionais e contextuais dadas para ele participar” (Sandoval & Silva, 2016, 43).

## Confluências entre Memória e Psicologia Política: os usos do Modelo da Consciência Política

Nessa seção, tratamos de analisar como o conceito de memória tem sido utilizado pela Psicologia Política latino-americana a partir de um levantamento bibliográfico e da posterior análise crítica da produção encontrada na *Revista Psicologia Política*. Com esse movimento, foi possível perceber uma relativa falta de estudos que se dedicam a realizar uma discussão conceitual sobre o conceito de memória, havendo uma preponderância de análises de caso que se focam em resultados de pesquisa encontrados e pouco se debruçam sobre as questões teóricas e metodológicas que poderiam ser de utilidade para outros estudos e ao desenvolvimento do campo, sobretudo, pela baixa presença de estudos que tratem de articular um saber propriamente psicopolítico.

Desse contexto, destaca-se a importância da obra de Soraia Ansara, que se propõe tanto a questionar o conceito de memória circunscrevendo-o a Psicologia Política, quanto a pensar suas relações com MCP. Do levantamento bibliográfico, prosseguimos, portanto, à análise das principais proposições de sua obra, tratando de compreender sua acepção do conceito de memória e suas relações e implicações no MCP, já que a autora desenvolve esse esforço teórico para além de seu objeto de estudo – movimento que em muito beneficia outras pesquisadoras e pesquisadores que, atualmente, podem valer-se de sua produção.

### Revista Psicologia Política: memória e consciência política

De 21 números publicados pela *Revista Psicologia Política* com acesso online disponível<sup>8</sup>, encontramos 16 produções textuais (13 artigos, dois editoriais e uma resenha) que de modo explícito incluíam a expressão memória<sup>9</sup>. Procedida a leitura dos artigos, foi possível notar que dois deles não se relacionavam ao critério de busca e que apenas haviam aparecido no resultado em razão da filiação institucional de suas autoras (p.e.: professora do programa em Memória Social). Em seguida, optamos pela exclusão dos dois editoriais listados, já que articulavam a noção de memória em relação ao desenvolvimento do campo psicopolítico, mais especificamente, à revista, e pouco ou nada contribuíam à discussão que aqui propomos – centrada no uso do conceito de memória na produção psicopolítica latino-americana, em especial, a brasileira. Portanto, nossa revisão considerou 11 artigos e uma resenha que compuseram nosso *corpus* de análise.

Consideradas as temáticas de análise escolhidas pelos autores, podemos perceber uma total predominância de estudos relacionados à experiências de trauma ou humilhação social (12) na qual, preponderam aquelas diretamente relacionados às experiências ditatoriais vivenciadas na América do Sul durante a segunda metade do século XX (7): (i) impacto da justiça transicional na Argentina (Zubieta, Bombelli & Muratoti, 2015); (ii) impacto psicossocial da Comissão Nacional da Verdade Peruana entre estudantes universitários em Lima (Espinosa, Schmitz & Cueto, 2015); (iii) memória e esquecimento em torno da figura de traidor da revolução criada em torno de Celso Lungaretti (Hur, 2014); (iv) políticas de memória e políticas de esquecimento no contexto latino-americano (Ansara, 2012); (v) análise de imagens do pré-golpe militar no Brasil (Hernandez & Scarparo, 2008); (vi) desenvolvimento do conceito de memória política e da análise da ditadura brasileira a partir de entrevistas e questionários com lideranças sindicais e comunitárias (Ansara, 2008a); (vii) resumo do livro *Memória, Política e Repressão no Brasil* de Soraia Ansara (Riba-Hernández & Chicareli, 2011).

<sup>8</sup> Cabe mencionar que é apenas partir do número 14 (v. 7) que a revista Psicologia Política disponibiliza online e em versão integral seus artigos, que podem ser acessados pelo portal Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC).

<sup>9</sup> Realizamos a pesquisa pelo material a partir da utilização do descritor de busca “memória” na página da *Revista Psicologia Política*, disponibilizada pelo portal PePSIC. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1519-549X](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-549X). Acessado em 2 de dezembro de 2017.

Os temas contemplados pelos cinco artigos restantes se referem a: (i) grupos políticos de familiares de autistas (Machado & Ansara, 2014); (ii) memórias e envelhecimento (Domingues, 2014); (iii) o desenvolvimento do campo psicopolítico peruano, sendo os estudos de memória uma de suas principais frentes de atuação (Espinosa, Cueto & Schmitz, 2012); (iv) estudo com ribeirinhos desalojados por hidrelétrica (Alves & Justo, 2011); (v) memória e identidade em territórios quilombolas (Valentim & Trindade, 2011).

Podemos interpretar a preponderância temática desse tímido e recortado estado da arte da produção psicopolítica como reflexo do próprio campo dos estudos de memória em geral. Nos referimos à ideia de uma “artificial” totalidade dos estudos de memória baseados em Lifschitz (2014, p. 145), que aponta a emergência desse campo de práticas relacionada aos processos políticos ocorridos na segunda metade do século XX, com o fim das ditaduras na América Latina, do apartheid na África do Sul e a queda do Muro de Berlim. Entretanto, poderíamos expandir esse marco temporal, considerando também o próprio contexto pós-Holocausto no final da primeira metade do século XX, no qual a transmissão da experiência do horror vivenciado a partir da narração de memórias já adquire importância política. Como podemos observar no testemunho de Primo Levi (1988), uma das mais importantes expressões da responsabilidade social de não se esquecer esse passado sombrio (Adorno, 1986).

Se tomamos como referência as considerações de Silva (2009) sobre as discussões de Pollak (1989) sobre as memórias subterrâneas, é possível interpretamos esses esforços como um processo de emergência de memórias contra-hegemônicas que, agenciadas politicamente (Lifschitz, 2014), resultam em memórias políticas implicadas socialmente, incidindo politicamente ao contraporem o discurso e a história oficial ao trazer experiências de um cotidiano subalternizado que por muitas vezes não encontra sua representação para além de sua dimensão microssocial (Acuña, 2010).

Entendemos que a escolha temática pela memória e as maneiras pela qual os autores a desenvolvem se situa dentro do campo psicopolítico se o entendemos como esse já descrito campo de encontro interdisciplinar vinculado aos estudos de poder, ainda que sejam poucos os artigos que tratem de desenvolver uma crítica ou análise dos referenciais teóricos relacionados à memória, uma vez que centram-se na descrição e análise dos resultados encontrados em casos pontuais. Percebemos assim na produção analisada outros dois aspectos: (i) um constante recorte da realidade ou objeto analisado a partir de territorialidades específicas (Jelin & Langland, 2003; Abreu, 1998; Pesavento, 2004); (ii) baseado na distinção de Jelin (2002, p. 1), uma clara divisão entre artigos que tratam de utilizar a categoria de memória como ferramenta teórica metodológica, que constituem maioria (7)<sup>10</sup> em relação a dois estudos que se destinam à análise de como a categoria social de memória é utilizado por atores sociais<sup>11</sup>.

Sobre esses dois aspectos, resulta oportuno destacarmos as reflexões de Yomaira Acuña (2010, p. 71) que, enquadradas por uma discussão propriamente epistemológica sobre o campo da Psicologia Política, suas relações e compromisso crítico com a realidade social e suas implicações nos estudos de memória empreendidos desde si, alertam para o fato de que a busca por valores abstratos (ex.: justiça, liberdade, democracia), desvinculada de uma territorialidade específica constituiu-se como prática usual com sentido à academia e seus empreendimentos sociais e científicos, porém, não seria o que efetivamente sucede quando são as testemunhas que relatam suas memórias e refletem sobre suas vivências e traumas.

Entretanto, ainda que também reconheçamos essa dimensão, não nos parece legítimo seu uso

<sup>10</sup> Excluimos o resumo encontrado dessa contagem por entendermos que não se situaria em nenhum dos dois lados desse ensaio de categorização.

<sup>11</sup> Aqui nos referimos aos trabalhos que a partir de abordagens quali-quantitativa, tratam de avaliar as percepções sociais quanto às comissões nacionais de justiça e outros mecanismos de justiça de transição.

como justificativa para a falta de maiores esforços teóricos para uma teorização mais profunda sobre a memória que parta do campo psicopolítico, alegando uma maior proximidade à realidade social e aos problemas sociais mais concretos, sobretudo, quando nos atentamos ao principal estudo que permeia grande parte dos artigos encontrados, que é capaz de superar essa falaciosa cisão ao realizar uma discussão teórica que não se olvida em nenhum momento de seu horizonte ético-político. Nos referimos as valorosas contribuições de Soraia Ansara (2008a, 2008b, 2012), que para além de centrar-se numa própria discussão epistemológica sobre o conceito de memória, circunscrevendo-o ao campo da Psicologia Política, também se destaca por realizar um sólido trabalho de aproximação entre o MCP e o conceito de memória – que, como já afirmado anteriormente, nos aparenta ser uma lacuna nos estudos que dele fazem uso.

A seguir, no próximo tópico, iremos apresentar e analisar alguns aspectos do livro *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*, de Soraia Ansara (2008b), considerando que esta foi uma das obras que utilizaram o Modelo de Consciência Política de Salvador Sandoval explorando a relação entre memória e consciência política. Além disso, realizaremos alguns questionamentos a partir dos próprios conceitos apresentados pela autora sobre a relação entre memória e consciência política.

### **Memória, Consciência Política e Ditadura: analisando a obra de Soraia Ansara**

Em sua obra, Ansara analisou as memórias de pessoas de diferentes grupos sociais sobre a repressão do período da Ditadura Militar através de entrevistas e questionários, buscando entender os nexos entre essas memórias e os aspectos psicopolíticos das consciências atuais dessas pessoas e que fundamentam sua participação em diversos espaços políticos da sociedade contemporânea. Ou seja, em sua análise, a autora tece o argumento de que a memória do passado político influencia a maneira como as pessoas percebem suas realidades políticas hoje. Nesse sentido, a obra de Ansara teve um papel inovador ao explorar a relação entre o que as pessoas lembram e entendem de eventos passados e como este conteúdo se integra ao sistema de informações, significados e intenções que formam a consciência política das pessoas.

A autora afirma que sua obra traz “uma das maneiras de narrar a história de um período de tanta repressão”, trazendo à luz “a memória da resistência e da luta política dos movimentos sociais populares que recusam as versões instituídas pela memória social” (Ansara, 2008b, p. 23). Ou seja, a partir desse trecho podemos entender que existem diferentes versões da memória sobre o mesmo período histórico, e que essas versões da memória são construídas e fazem parte da disputa política entre diferentes grupos.

Ansara buscou compreender se, efetivamente, a memória da ditadura militar e da repressão se mantém viva na sociedade brasileira. Trabalhando com a possibilidade de que os anos de forte repressão vividos no Brasil durante a Ditadura Militar podem ser relegados ao esquecimento ou silenciados, a autora afirma que “é necessário analisar principalmente os mecanismos que podem ter levado as pessoas ao esquecimento: traumas, propaganda ideológica, influência da mídia na formação de opinião sobre a repressão, bem como as políticas da memória estabelecidas no período de democratização” (Ansara, 2008b, p. 25)

Defendendo a necessidade de recuperar a memória histórica, colocando-a como um dos objetivos da psicologia da libertação de Martín-Baró (1998), a autora se baseia neste autor ao afirmar que o processo de recuperação da memória histórica é, em si mesmo, a construção de uma memória política, que se faz através da conscientização, em um processo dialético no qual a memória serve como meio de conscientização e em que esta leva as pessoas a recuperar a memória histórica. Em outras palavras, a autora defende que o processo de conscientização proporciona a recuperação da

memória histórica que é fundamental para a criação de um novo projeto histórico e de um novo sujeito histórico (Ansara, 2008b, p. 31-32).

Além de Martín-Baró, Ansara também se baseia nos estudos de Gamson (1992) e Sandoval (2001) sobre consciência política. De acordo com Gamson, é necessário compreender a consciência política a partir da interação entre o nível psicológico (onde o indivíduo opera ativamente na construção de significados) e o nível sociocultural (onde o processo sociocultural oferece significados). Em um trecho destacado por Ansara (2008a), segundo Sandoval, a consciência política consiste em compreender “a inter-relação entre as dimensões psicossociais dos significados e informações que permitem aos indivíduos decidir como agir em contextos políticos e situações específicas” (Sandoval, 2001, p. 185).

A partir dos referenciais teóricos de Gamson e Sandoval, a autora entende a consciência política como um conceito amplo que agrega componentes que influenciam a constituição da memória coletiva. A memória coletiva, que representa a continuidade do passado no presente, funciona como um prisma que organiza as informações e os fatos dentro de uma estrutura interpretativa que envolve seleção, síntese e reconstrução mobilizando interesses do presente. Gamson afirma que, neste processo, as pessoas são ativas e processam significados, sendo que estes significados revelam uma latente consciência política que pode ser ativada mediante uma estimulação (Gamson, 1992). Isso quer dizer que a memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política. Dessa forma, existe uma via de mão dupla entre memória política e consciência política, motivo pela qual a memória coletiva não está separada da consciência política, mas sim atravessada pela consciência política (Ansara, 2008b, p. 45).

Defendendo que a memória coletiva tem implicações no comportamento político, ao mesmo tempo em que os comportamentos e as posturas políticas influenciam a memória coletiva, Ansara afirma que a memória mediatiza a consciência, assim como a consciência política mediatiza a memória política (Ansara, 2008b, p.43). Portanto, a autora se dispõe a estudar a memória política analisando as interfaces desta com a consciência política, situando-a no campo relacional entre o “eu” e a “sociedade”, tal como proposto por esses autores, buscando articular o universo micro com o macro e tentando compreender a interação grupal e o processo de formação da consciência política na construção da memória coletiva e seus reflexos no comportamento político (Ansara, 2008b, p. 36).

Segundo Ansara, não seria possível separar a construção de uma memória política dos grupos e movimentos sociais, considerando que as construções do passado são sustentadas por estruturas coletivas, como aponta Halbwachs (1925/2003), e criadas por atores sociais, sejam eles grupos ou indivíduos. As relações que as pessoas têm com o grupo social, a classe social – com seus valores ideológicos e juízos de valor – têm papel fundamental na forma com que as pessoas percebem o mundo e constroem significados sobre os eventos políticos e a sociedade como um todo e, nesse sentido, na formação de uma consciência política (Ansara, 2008b, p. 46).

Assim, entre as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval, a dimensão de identidade coletiva é destacada pela autora como de grande importância para o estudo da memória coletiva, visto que a identidade é compreendida como uma construção resultante da interação social. Essa identidade pode ser entendida como sentimento de solidariedade onde o indivíduo desenvolve laços interpessoais que faz com que este se identifique com alguma categoria social. A partir do referencial de Halbwachs (1925/2003), a autora defende a importância dessa identificação para a constituição da memória, pois seria o pertencimento a um mesmo grupo em que existiu um pensamento comum que permitiria a lembrança de eventos passados (Ansara, 2008b, p. 50-51).

Segundo Ansara, a memória possui um valor ideológico bastante visível, pois o sujeito, ao narrar suas memórias, manifesta seus valores, crenças e opiniões. Além disso, ele não é uma testemunha

neutra, pois, ao narrar os fatos, afirma sua posição política. Assim, se a memória política é atravessada pela consciência política, as dimensões de “crenças e valores” e de “identificação de adversários e interesses antagônicos” podem influenciar de maneira decisiva a memória política, considerando que está se expressa na disputa entre versões antagônicas sobre o passado, manifestando a oposição entre interesses simbólicos e materiais de diferentes grupos sociais (Ansara, 2008b, p. 51-52).

Após apresentar as dimensões do modelo de Sandoval, a autora estabelece alguns pontos em comum entre a ideia de comodismo desenvolvida por este autor, e a ideia de Martín-Baró sobre o fatalismo a que se tem submetido a consciência latino-americana. Para Sandoval, os padrões de comportamento, as crenças sociais, os pontos de vista políticos, os modismos estão presentes na vida cotidiana dos indivíduos e são expressos de maneira não-racional e espontânea. O cotidiano, impondo uma forma de pensar imediatista e utilitária, favorece o desenvolvimento do pensamento superficial, que leva ao comodismo e à alienação do sujeito. (Sandoval, 1994).

Martín-Baró afirma que as instituições sociais como a família, a escola e a moral produzem a dependência, a passividade e o individualismo, unido a um certo fatalismo pré-determinista e a-histórico. Ansara afirma que o fatalismo está presente em nossa sociedade como uma “consciência de senso comum” e a memória histórica transforma-se em uma estratégia que possibilita o rompimento desse fatalismo, desse conformismo porque provoca uma ruptura no cotidiano. Martín-Baró questiona o senso comum e defende o rompimento com o fatalismo a partir da recuperação da memória histórica (Martín-Baró, 1998). Nesse ponto, a autora afirma a proximidade dos dois autores na quarta dimensão do modelo analítico de Sandoval: “Sentimento de eficácia política”.

Realizando aproximações entre Martín-Baró e Sandoval, Ansara afirma que ao recuperamos a memória histórica

(...) perpassamos pelas dimensões da consciência política proposta por Sandoval, visto que este processo nos possibilita perceber antagonismos, provocar sentimentos de justiça e injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possam gerar, de fato, uma ação coletiva em vistas da transformação social (Ansara, 2008b, p.60).

Ou seja, a autora busca mostrar como a memória perpassa por todas as dimensões do modelo. Porém, em nossa visão, entendemos que o conceito de memória política não se relaciona necessariamente com todas dimensões do modelo de Sandoval, pois nem toda forma de memória e consciência política leva a uma percepção de capacidade de intervenção e eficácia política, e nem a uma vontade de agir coletivamente ou a uma ação coletiva visando a transformação social. Por isso nos focamos em apresentar a relação entre memória e consciência política principalmente através das três primeiras dimensões do modelo, embora outras dimensões muitas vezes não estejam distantes dessa relação, como defendido pela autora.

A partir das ideias apresentadas por Ansara, realizamos o seguinte questionamento: podemos afirmar a existência de diferentes consciências políticas a partir da existência de diferentes versões da memória?

Para respondermos este questionamento devemos lembrar que o próprio conceito de consciência de Sandoval afirma que esta esfera se refere aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas (Sandoval, 1994). Assim, ao levarmos em conta que os significados atribuídos às interações diárias e acontecimentos podem ser divergentes entre as pessoas e os grupos sociais e políticos, entendemos que as consciências formadas pelas pessoas e por esses grupos podem ser diversas. Assim, a consciência política não é única, mas sim plural e pode ser construída, modificada, apresentada e entendida de diversas maneiras. Como mostramos anterior-

mente, Ansara (2008b) afirma o caráter plural da memória, e entendemos que, na via de mão dupla estabelecida entre memória e consciência, esta também é plural.

### Considerações finais

A partir das noções presentes nas dimensões do MCP, considerado principalmente em sua última reformulação (Sandoval & Silva, 2016), e da análise da obra de Ansara, considerando os atravessamentos entre os conceitos de memória e consciência política que a autora realiza, faremos um balanço do que foi exposto até aqui buscando apontar a necessidade desses atravessamentos como forma de se desenvolver os estudos que relacionem esses dois conceitos dentro do campo da Psicologia Política. Neste sentido, buscamos ocupar uma lacuna ainda existente nos estudos desse campo, assim como a importância da utilização e do próprio desenvolvimento do modelo de Sandoval a partir desses atravessamentos.

Analisando as relações entre memória e consciência nas dimensões apresentadas por Sandoval em seu modelo, podemos destacar, por exemplo, a maneira como as dimensões de crenças e valores sociais e de identidade coletiva se relacionam com a memória. Segundo Sandoval & Silva (2016), junto com o desenvolvimento da identidade coletiva, o sujeito forja sua visão pessoal sobre o meio social e sua sociedade, e este universo simbólico construído socialmente pelo sujeito “tem suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence” (Sandoval, 1994, p. 61). Desse trecho podemos entender que, além de sua própria experiência de vida, a memória coletiva também tem seu papel na construção desse universo simbólico pelo sujeito e, portanto, na formação da consciência política.

Considerando que essas dimensões estiveram presentes desde a primeira formulação do modelo, devemos considerar que o conceito de memória nunca esteve ausente ou distante da noção de consciência política de Sandoval, mas entendemos que, a partir das reformulações do modelo até a sua versão mais atual, a memória pode ter um destaque maior dentro do modelo. Principalmente quando, em sua última reelaboração, o MCP passou a levar em consideração o papel das emoções no processo de formação da consciência política, visto que a emergência das emoções nesse processo está diretamente interligada às lembranças de experiências passadas, à memória política, e que essas emoções perpassam por todas as dimensões do modelo (Sandoval & Silva, 2016).

Levando em conta os estudos que utilizaram o MCP, ainda verificamos uma ausência de estudos que se basearam nesse modelo e relacionaram as noções de consciência e memória, realizando atravessamentos entre os dois conceitos. Nesse aspecto, os estudos de Ansara (2008a, 2008b, 2012) configuram-se como boas exceções. Como já dissemos anteriormente, a autora fez uma obra inovadora ao analisar as memórias de pessoas sobre a ditadura militar, buscando entender os nexos entre as memórias e os aspectos psicopolíticos das consciências dessas pessoas. Defendendo a necessidade de recuperar a memória histórica, com objetivo de trazer à tona a memória não-oficial, a autora afirma que esse processo de recuperação é, em si mesmo, a construção de uma memória política, feita através da conscientização, em um processo dialético no qual a memória serve como meio de conscientização e em que esta leva as pessoas a recuperar a memória histórica. Nesse processo de recuperação da memória histórica, a autora afirma que se perpassa por todas as dimensões do modelo de Sandoval (Ansara, 2008b).

Apesar dessa afirmação, vimos que, em seu estudo, a memória se relaciona de maneira mais direta com algumas dimensões do modelo do que com outras, o que pode ser, hipoteticamente, uma consequência da utilização do MCP antes de sua última formulação. Assim, a autora buscou estudar a memória política analisando suas interfaces com a consciência política, e aqui está o ponto principal da relação entre memória e consciência na obra de Ansara: essa relação dialética entre os dois con-

ceitos, na qual, como ela mesma afirma, “a memória coletiva é atravessada pela consciência política” (Ansara, 2008b, p.43).

A partir de tudo o que foi exposto ao longo do artigo, afirmamos a necessidade de se aprofundar a análise das relações entre memória e consciência política em estudos que fazem parte do campo da Psicologia Política, considerando a falta de investigações que visam analisar tal relação, suas implicações e os atravessamentos entre esses dois conceitos, destacando-se também a importância que a utilização e o desenvolvimento do Modelo de Consciência Política pode ter nesse sentido, considerando todas as possibilidades que o MCP nos oferece através de suas categorias analíticas.

## Referências

- Abreu, M. A. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série*, 14, p. 77-97.
- Acuña, Y. G. (2010). Psicología Política y procesos de construcción de memoria colectiva. *Revista Electrónica de Psicología Iztacala*, 13 (2), 58-77. Acessado em 10 de dezembro de 2017, de <http://www.revistas.unam.mx/index.php/repi/article/view/17659/16839>
- Adorno, T. W. (1986). Educação após Auschwitz. Em Cohn, G. (Org) *Adorno, Theodor W - Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática.
- Alves, A. D. & Justo, J. S. (2011). Histórias de pescadores: estudo com ribeirinhos desalojados por uma hidrelétrica. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 309-328. Acessado em 5 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a09.pdf>
- Ansara, S. (2008a). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Acessado em 5 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a04.pdf>
- Ansara, S. (2008b). *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá Editora.
- Ansara, S. (2012). Políticas de memória x políticas de esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Revista Psicologia Política*, 12(24), 297-311. Acessado em 5 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n24/v12n24a08.pdf>
- Bosi, E. (2003). *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Côrrea, F. & Almeida, M.A.B. (2012) Teoria dos Movimentos Sociais e Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 25(12), 549-569. Acessado em 5 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a11.pdf>
- Costa, G. P. (2008). *Cidadania e Participação: Impactos da Política Social num Enfoque Psicopolítico*. Curitiba: Juruá Editora.
- Costa, G. B. (2012). *Consciência, Participação e Negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê*. Dissertação de Mestrado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo. Acessado em 10 de outubro de 2017, de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-09122012-114702/pt-br.php>
- Dorna, A. (1998). Presencia y realidad de la Psicología Política francesa. *Psicología Política*, 16, 49-73. Acessado em 10 de janeiro de 2018, de <https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N16-3.pdf>
- Domingues, A. R. (2014). O envelhecimento, a experiência narrativa e a história oral: um encontro e algumas experiências. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 551-568. Acessado em 7 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a09.pdf>
- Espinosa, A., Cueto, M. C. & Schmitz, M. (2012). De una psicología social de fenómenos políticos al desarrollo de la psicología política en el Perú. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 465-479. Acessado em 6 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a07.pdf>

- Espinosa, A., Schmitz, M & Cueto, R.M. (2015). Impacto psicosocial de la Comisión de la Verdad y Reconciliación (CVR) en una muestra de estudiantes universitarios de Lima-Perú. *Revista Psicología Política*, 15(32), 157-184. Acessado em 10 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n32/v15n32a11.pdf>
- Zubieta, E. M., Bombelli, J.I. & Muratori, M. (2015). Argentina: el impacto de la implementación de medidas de Justicia Transicional Post Dictadura. *Revista Psicología Política*, 15(32), 101-118. Acessado em 5 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n32/v15n32a08.pdf>
- García, V. M. A. (2010). Política y política de la vida, la lucha por el placer, una lucha por el poder. *Revista Electrónica de Psicología Iztacala*, 13(2), 32-44. Acessado em 5 de janeiro de 2018, de <http://www.journals.unam.mx/index.php/rep/article/view/17657/16837>
- Gamson, W. (1992). *Talking Politics*. Cambridge University Press.
- Gómez, A. D. (2007). Agendas de la Psicología Política prevalecientes en las últimas dos décadas (1986-2006) en Latinoamérica. *Psicología desde el Caribe*, 19, 1-21.
- González-Suárez, M. (2012). *Psicología Política* (2a ed.). San José: Editorial UCR.
- Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro (Original Publicado em 1925).
- Heller, A. (2016). *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Hernandez, A. & Scarparo, H. (2008). Silêncio e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964. *Revista Psicología Política*, 8(15), 57-78. Acesso em 7 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a05.pdf>
- Hur D. U. (2014). Memória e esquecimento: pacto denegativo e contrato narcísico guerrilheiro. *Revista Psicología Política*, 14(31), 481-498. Acessado em 8 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a05.pdf>
- Hur, D.U. & Lacerda Jr, F. (2016a). Apresentação: Psicologia Política e as “novas” lutas sociais. Em Hur, D. U. & Lacerda Jr, F. (Org) *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hur, D. U. & Lacerda Jr, F. (Orgs). (2016b). *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Alínea.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI.
- Jelin, E. & Langland, V. (2003). Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente. Em Jelin, E. & Langland, V., *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI.
- Le Bon, G. (1921). *A Psychologia Política*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier (Original Publicado em 1910).
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?*. São Paulo: Rocco.
- Lifschitz, J. A. (2014). Os agenciamentos da memória política na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(85), 145-158. Acessado em 10 de janeiro de 2018, de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/10.pdf>
- Machado, M. F. L. & Ansara, S. (2014). De figurantes a atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas. *Revista Psicología Política*, 14(31), 517-533. Acessado em 6 de dezembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a07.pdf>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais* - organização de Fernando Lacerda. Petrópolis: Vozes.
- Montero, M. (Org.) (1987). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.
- Montero, M. (2009). ¿Para qué psicología política?. *Revista Psicología Política*, 9(18), 199-213.
- Montero, M. & Dorna, A. (1993). La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoameri-*

*cana de Psicologia*, 25(1), p. 7-15.

Moscovici, S. (2013). *La era de las Multitudes: un tratado histórico de la psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura Económica

Parisi, E. R. (2016). Prefácio. Em Hur, D. U. & Lacerda Jr., F. (Org) *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.

Pesavento, S. J. (2004). Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, 11, 25-30. Acessado em 20 de janeiro de 2018, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334/9893>

Pollak. M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.

Riba-Hernández, E. & Chicareli, S. (2011). Memória Política: ressignificação da luta e resistência contra a violência de Estado na ditadura militar do Brasil. *Revista Psicologia Política*, 11(21), 171-176. Acessado em 3 de dezembro de 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000100013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100013)

Sandoval, S. A. M. (1989). A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. *Educação & Sociedade*, 34, p. 429-435.

Sandoval, S. A. M. (1994). *Algumas reflexões sobre cidadania e formação de Consciência Política no Brasil*. Em Spink, M. J. (Org) *A Cidadania em Construção: uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

Sandoval, S. A. M. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990's. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-195.

Sandoval, S. A. M. (2015). A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. Em Silva, A.S. & Corrêa, F. (Org.) *No Interstício das Disciplinaridades: A Psicologia Política* (pp. 175-217). Curitiba: Editora Prismas.

Sandoval, S. A. M. & Silva, A. S. (2016). O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. Em Hur, D. U. & Lacerda Jr, F. (Orgs.) *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.

Seoane. J. (1994). El papel de la Psicología Política en las Nuevas Sociedades. *Psicología Política*, 9, 59-74. Acessado em 2 de fevereiro de 2018, de <https://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N9-4.pdf>

Silva, A. S. (2009). *Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT*. Curitiba: Juruá Editora.

Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-425.

Silva, A. S. (2015). A psicologia política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Silva, A. S. & Corrêa, F. *No Interstício das Disciplinaridades: A Psicologia Política*. Curitiba: Editora Prismas.

Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: McGraw-Hill.

Torres, A. R. R., Lima, M. E. O. & Costa, J. B. (Orgs.) (2005). *A Psicologia Política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*. Goiânia: Editora da UCG.

Touraine, A. (1966). *La conscience ouvrière*. Paris: PUF.

Valentim, R. P. F., & Trindade, Z. A. (2011). Modernidade e comunidades tradicionais: memória identidade e transmissão em território quilombola. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 295-308. Acessado em 11 de novembro de 2017, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v11n22/v11n22a08.pdf>

Veiga, M. A. C. M. (2017). *Do comportamento político à Psicologia Política no Brasil: a história da Psicologia Política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Acessado em 13 de fevereiro de 2018, de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20583/2/Maria%20Aparecida%20Cunha%20Malagrino%20Veiga.pdf>

Recebido em: 07/02/2018

Aprovado em: 24/04/2018